

Sumário executivo

Migração, saúde e violências: experiências de trabalhadoras(es) migrantes e refugiadas(os) no Rio de Janeiro

Coordenação

Profa. Dra. Cristiane Batista Andrade (ENSP/Fiocruz)
Profa. Dra. Corina Helena Figueira Mendes (IFF/Fiocruz)
Profa. Dra. Fernanda Mendes Lages Ribeiro (ENSP/Fiocruz)

Coordenação:

**Cristiane Batista Andrade
Corina Helena Figueira Mendes
Fernanda Mendes Lages Ribeiro**

Participantes:

**Adriano da Silva
Andressa Fouraux Figueira
Camila Athayde de Oliveira Dias
Camila Rodrigues Estrela
Corina Helena Figueira Mendes
Cristiane Batista Andrade
Daniela Lacerda Santos
Enrique Coraza de los Santos
Fábio Uria Malveis
Fernanda Mendes Lages Ribeiro
Gleiciane Pereira dos Santos
Júlia de Almeida Roffé Borges
Juliana Maria Paiva Quintella
Tatiana Giovanelli Vedovato
Thuane Rosa do Carmo**

**E-mail de contato:
migracaosaude.ensp@fiocruz.br**

Apoio financeiro:

**INOVA-Geração do Conhecimento/Fiocruz
(2022-2023)**

Projeto 92131984441747

**“Você fica mais perto de casa
quando está mais longe”**

(Gloria Anzaldúa)

Como surge a pesquisa?

Desde 2016, a coordenadora principal da pesquisa atua como pesquisadora do Departamento de Estudos de Violências e Saúde Jorge Careli (Claves), da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP)/Fiocruz. Ao aprofundar os estudos sobre trabalho, cuidado, violências e saúde, a partir de pesquisas sobre o Trabalho Escravo Contemporâneo (TEC), os deslocamentos internos e a migração internacional apareceram como uma das centralidades para se pensar nesse grave problema social brasileiro que é a escravidão contemporânea. Associado a isso, o contato com a vinda de muitas(os) venezuelanas(os) para o Brasil também foi um despertar para os estudos migratórios, bem como as violências sofridas pela comunidade migrante, especialmente as mulheres, e os seus processos de saúde nesses deslocamentos.

Desse modo, a presente pesquisa surge das experiências da coordenadora principal em um departamento que estuda violências e saúde, em que estudos sobre trabalhadoras(es) migrantes foram sendo aprofundados, destacando a pesquisa aqui apresentada. Como parte integrante destas reflexões, está a importância da criação do LATINAS - Grupo de Estudos Feministas sobre Decolonialidade, Trabalho e Cuidado, vinculado ao CNPq, que reflete o perfil das pesquisadoras feministas envolvidas nesta pesquisa e sua aproximação com os feminismos decoloniais e os estudos

interseccionais¹, buscando “descobrir” as “veias abertas da América Latina”, como diz Eduardo Galeano.

A migração é um processo heterogêneo e, a depender de nacionalidade e do *status* migratório, há diferentes repercussões nas vidas de pessoas que deixam seus territórios de origem e pertencimento, pois a adaptação em um outro país traz dificuldades, sentimentos de medo e incertezas, vivências permeadas por discriminações, violências raciais, xenofobia, obstáculos com a língua portuguesa, além da necessidade de rápida inserção no mercado de trabalho. Considerando as condições de migração e as vulnerabilidades, migrantes podem estar mais propensos ao aliciamento para o TEC, tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, trabalho em condições degradantes, discriminações e outras violências e violações de direitos.

Além disso, é importante também assegurar que estas(es) migrantes tenham acesso ao nosso Sistema Único de Saúde (SUS), para que possam ter o cuidado à saúde garantido pela legislação brasileira. Para isso, promover e divulgar, para as comunidades migrantes, materiais informativos sobre seus direitos à saúde e os caminhos para a entrada e as formas de funcionamento do SUS é uma das formas de garantir a cidadania e a migração como um direito humano.

¹ Entre as autoras estudadas pelo LATINAS, estão: bell hooks, Beatriz Nascimento, Carla Akotirene, Cida Bento, Gloria Anzaldúa, Julieta Paredes, Lélia Gonzalez, Rita Laura Segato, Sueli Carneiro, Patrícia Hill Collins e tantas outras.

Quais foram os objetivos da pesquisa?

Objetivo geral

O objetivo geral da pesquisa foi analisar o processo de migração/refúgio e suas repercussões na vida, no trabalho e na saúde de trabalhadoras(es) migrantes na cidade do Rio de Janeiro, sob a perspectiva da interseccionalidade e dos feminismos decoloniais.

Objetivos específicos

(a) investigar as (re)inserções laborais e educacionais de migrantes e refugiadas(os), seus desafios e avanços;

(b) discutir as percepções de migrantes e refugiadas(os) sobre a saúde e a presença ou não de doenças relativas ao estresse e às emoções, como as doenças mentais, ocupacionais, covid-19 etc.;

(c) discutir o trabalho reprodutivo (cuidado familiar, maternidade e as atividades domésticas) entre as mulheres migrantes e refugiadas;

(d) identificar e analisar as vivências de violências, como a xenofobia, as discriminações raciais/racismo, as desigualdades de gênero, os assédios moral e sexual, a propensão ao trabalho escravo contemporâneo e à exploração sexual, e

(e) produzir materiais educativos sobre o tema do trabalho, violências e saúde para a comunidade de migrantes e refugiadas(os).

Quais foram os caminhos da pesquisa?

Revisão de Literatura

1 A equipe da pesquisa realizou uma extensa revisão de literatura para embasar o aprofundamento do tema. Esta articulação com as produções científicas já publicadas sobre o tema deu origem a dois artigos científicos e um capítulo de livro a serem divulgados até o final do ano de 2023. Outro artigo de revisão de literatura está em fase de construção pela equipe da pesquisa e será encaminhado em breve para a publicação.

Participação no Comitê Estadual de Saúde da População Migrante e Refugiada do Estado do Rio de Janeiro

A participação de duas coordenadoras da pesquisa no Comitê Estadual de Saúde da População Migrante e Refugiada do Estado do Rio de Janeiro², desde julho de 2019, contribuiu para que o tema proposto fosse aprofundado através de uma análise institucional das relações e construções de redes por entidades governamentais, nos diferentes âmbitos de gestão, universidades e sociedade civil organizada. Nas reuniões com as (os) participantes do comitê, foram possíveis aproximações com uma agenda com diversas pautas sobre saúde de migrantes e com representações das comunidades migrantes que também integram o comitê.

² Para mais informações sobre o comitê, acesse: <https://www.saude.rj.gov.br/atencao-psicossocial/novidades/2022/02/comite-tecnico-estadual-de-saude-integral-da-populacao-imigrante-e-refugiada-ctesipir>

Quais foram os caminhos da pesquisa?

Participação na 1ª Conferência Nacional de Saúde das Populações Migrantes

A coordenadora principal integra a Frente Nacional de Saúde³ de Migrantes e o Observatório Saúde e Migração, que, em maio de 2023, organizaram a Conferência Livre de Saúde das Populações Migrantes⁴ em todo o território nacional. Com a participação de mais de 850 pessoas (brasileiras, migrantes, refugiadas e apátridas), se conseguiu a indicação de cinco delegados migrantes para participarem da 17ª Conferência Nacional de Saúde, em Brasília (julho de 2023). A participação nesse processo favoreceu a identificação de questões sobre a saúde de migrantes, refugiadas(os) e apátridas, a partir de suas perspectivas e da necessidade de se garantir uma política nacional de saúde que considere as especificidades e as demandas de pessoas que se deslocam globalmente.

Comitê de Ética em Pesquisa

O projeto foi enviado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da ENSP sob o CAEE nº 58450522.0.0000.5240 e foi aprovado sob o Parecer nº 5.487.590 (emitido em 24/06/2022). Após a aprovação da anuência ética, deu-se início à realização das entrevistas.

³ Para mais informações, ver <https://www.fenami.org/> e <https://www.osm.ufscar.br/institucional>, respectivamente.

⁴ A participação de quatro integrantes da equipe de pesquisa (Cristiane Batista Andrade, Júlia de Almeida Roffé Borges, Fábio Uria Malveis e Camila Rodrigues Estrela) na Conferência Livre de Saúde de Populações Migrantes se deu através do apoio a organização do Polo do Morro do Banco/Itanhangá, na cidade do Rio de Janeiro, e em Maricá/RJ. Cerca de 876 pessoas participaram do evento em 19 cidades de 12 estados e do Distrito Federal. Em todo o território nacional, foram eleitos cinco delegados(as) migrantes – uma mulher e quatro homens. Para mais informações, ver: <https://www.fenami.org/conferencia-livre-2023>.

Quais foram os caminhos da pesquisa?

Entrevistas individuais com migrantes e gestoras(es)

Migrantes, refugiadas(os) e gestoras(es)⁵ de equipamentos governamentais e da sociedade civil organizada, em sua maioria, residentes na cidade do Rio de Janeiro, foram convidadas(os) a participar da pesquisa como informantes privilegiadas(os), sendo utilizada a técnica de entrevista individual on-line. A escolha foi devido à preferência das pessoas participantes e/ou por estarem em outros locais da cidade, ou outros estados. Somente uma foi realizada de forma presencial, em função da escolha do participante.

Pessoas participantes da pesquisa

Ao todo, foram entrevistadas(os) cinco gestoras(es), sendo três gestoras(es) – um homem e duas mulheres – de três organizações não governamentais, uma gestora da Secretaria de Estado de Saúde (SES-RJ) e uma gestora do Ministério Público do Trabalho.

Com relação às(aos) migrantes, foram quatro entrevistadas - uma cubana, uma haitiana, uma venezuelana e uma colombiana - e quatro entrevistados: um cubano, um tunisiense, um haitiano e um venezuelano.

⁵ Chamamos de gestoras(es) aquelas pessoas que estão em contato direto e/ou indireto com a comunidade migrante. Partindo do pressuposto que são elas(es) que prestam assistência a essa comunidade, tendem a saber os desafios e as formas de organização diante de dificuldades ao se inserirem na sociedade brasileira.

Quais foram os caminhos da pesquisa?

Elaboração de materiais educativos sobre o tema pesquisado

Para a elaboração da cartilha intitulada “*Migração, trabalho e violência: interfaces com a saúde*”⁶ – principal produto da pesquisa –, além das entrevistas, foi realizada análise documental sobre cartilhas disponíveis para migrantes com os seguintes temas: saúde no trabalho, direitos trabalhistas, prevenção de violências laborais e acesso ao SUS. Este levantamento reuniu 25 materiais provenientes das áreas de saúde, assistência social, jurídica, organizações nacionais e internacionais, demonstrando a preocupação de diversos setores sociais com questões relativas à migração.

Esta fase da pesquisa teve como finalidade identificar os temas emergentes e as lacunas nos materiais a fim de elaborar um produto que efetivamente poderá ser acessado e utilizado pela comunidade migrante e refugiada.

Após as análises do acervo de cartilhas e materiais afins, das transcrições das entrevistas e dos achados da literatura, foi construído este recurso educativo através da escrita de mais de dez pessoas – integrantes da equipe de pesquisa – oriundas de diversas áreas do conhecimento (Enfermagem, Ciências Sociais, Psicologia, Medicina, Fisioterapia, Biblioteconomia e Direito) e revisão por um migrante de nacionalidade cubana. Esta cartilha foi traduzida por dois migrantes (um sírio e uma colombiana) para o inglês e o espanhol.

Vale destacar que a equipe de pesquisa conta com a atuação de uma estudante de Iniciação Científica (Pibic/CNPq) do curso de Direito, que tem trabalhado na análise das principais legislações voltadas à migração e refúgio (Constituição Federal de 1988, Lei de Migração e Lei de Refúgio)⁷, tendo produzido um compilado em linguagem direta e acessível, constituindo-se, assim, como mais um produto da pesquisa a ser acessado pelas comunidades migrantes e refugiadas, promovendo o acesso a informações sobre seus direitos.

É importante ressaltar que para a construção desse material, o grupo de pesquisa discutiu a obra “Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire para proporcionar um material de linguagem simples e acessível.

Após a análise dos materiais, foi escrita a cartilha, que contém os seguintes tópicos: O que são violências e suas influências na saúde de migrantes/refugiadas(os); Direitos trabalhistas e acidentes de trabalho; Funcionamento do trabalho formal no Brasil; Carteira de trabalho; Jornada de trabalho; Salário-mínimo; Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS; Acidentes de trabalho; Mulheres e os desafios no mundo do trabalho; Racismo, xenofobia e trabalho; LGBTQI fobia e trabalho; Assédios moral e sexual; Tráfico de pessoas: trabalho escravo contemporâneo e exploração sexual, e Serviços de atenção a migrantes e refugiados(as) e saúde.

⁶ A cartilha está disponível em três línguas no site: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/61402>

⁷ Esse material foi realizado por Juliana Maria Paiva Quintella sob a orientação de Cristiane Batista Andrade e Fernanda Mendes Lages Ribeiro.

Quais são os principais resultados?

A partir das **análises da literatura**, encontramos que as motivações para a migração são variadas, se destacando a questão econômica e a necessidade de subsistência familiar, violências de gênero e/ou violência doméstica, vividas por trabalhadoras e situações de conflitos armados. Um ponto de destaque são as condições de trabalho precárias e os obstáculos das trabalhadoras para se inserirem e permanecerem nesse mercado, estando associados ao status migratório. À medida que estão indocumentadas, as chances de migrantes/refugiadas(os) entrarem em empregos com baixos salários, precários e informais é grande. Com relação às mulheres, os contratempos se relacionam ao fato de ter que conciliar a maternidade e/ou o cuidado familiar com as decisões de deixar o país de origem.

Existem (des)arranjos familiares que nem sempre permitem que elas levem seus filhos e filhas consigo nos deslocamentos, ou mesmo que possam retornar ao país natal para que os reencontrem. Essa situação pode influenciar a saúde dessas mulheres, pois são comuns as preocupações, o medo, a ansiedade etc.

De maneira geral, os **resultados empíricos** apontam as inúmeras vulnerabilidades, violações de direitos e violências às quais estão submetidas(os) as(os) migrantes no mundo do trabalho, na educação e na vida cotidiana no país, assim como a reificação de relações de gênero e raciais desiguais, que são questões estruturais no Brasil.

Principais resultados relativos ao trabalho

- Há a necessidade de migrantes terem um emprego e renda face ao crescente desemprego. Esta é uma realidade vivida tanto no país de origem, quanto no Brasil, sobretudo pelas(os) mais jovens.
- O desemprego é uma realidade entre migrantes de todos os níveis educacionais (superior, médio ou fundamental).
- A ausência de oportunidades para a entrada no mercado de trabalho, com obstáculos diante das exigências de experiências anteriores ou para a validação de diplomas.
- Os salários são baixos e as ocupações sem vínculo formal (sem contrato trabalhista ou carteira de trabalho).
- Em algumas situações, migrantes e refugiadas(os) podem estar diante de casos de exploração sexual e/ou TEC, o que desvela as violências, violações de direitos e vulnerabilidades. São necessários investimentos em políticas públicas de erradicação do TEC e da exploração sexual, considerando as especificidades das populações migrantes/refugiadas.
- Dificuldades com a língua portuguesa, o que representa barreira no mercado de trabalho brasileiro.
- Existe pouco incentivo ao desenvolvimento de políticas públicas para oferta de cursos de língua portuguesa para migrantes.
- Há ausência de informações sobre as legislações brasileiras que devem ser difundidas entre as comunidades migrantes/refugiadas.
- Foram encontradas as desigualdades de gênero no trabalho de migrantes, pois as mulheres sofrem mais com o machismo e com os empregos mais precarizados e informais.

Principais resultados relativos à saúde

- Grande parte das(os) migrantes entrevistadas(os) é usuária do SUS, principalmente da Atenção Primária em Saúde (APS) e das Unidades de Pronto Atendimento (UPA).
- Existem dificuldades no acesso e na continuidade do cuidado em saúde, pois há barreiras linguísticas e culturais entre as diferentes nacionalidades de migrantes no país. Elas(es) têm costumes, comportamentos, saberes e culturas que diferem do contexto brasileiro, o que nem sempre é considerado no processo de trabalho e de cuidado em saúde, especialmente pelas(os) profissionais da área.
- As temáticas ligadas à saúde sexual e saúde reprodutiva são consideradas de grande dificuldade de serem abordadas, sobretudo com as mulheres, pois o machismo e o patriarcado são estruturais na sociedade brasileira. Este aspecto incrementa obstáculos para acesso ao cuidado da saúde sexual e reprodutiva para as migrantes.
- As gestoras(es) apontaram a necessidade de se garantir a implementação efetiva da política de saúde mental voltada para as populações migrantes, considerando seus aspectos culturais de seus locais de origem.
- Com a pandemia da covid-19, grande parte das(os) migrantes utilizou o SUS para o acompanhamento da doença, além de ter realizado a vacinação para proteção à saúde.
- As políticas públicas de saúde devem, necessariamente, considerar os aspectos interculturais para que migrantes tenham o cuidado garantido e consigam dar continuidade aos tratamentos e acompanhamentos. Este aspecto é extremamente relevante, pois não compreender a cultura da outra pessoa ou a língua poderá contribuir para o agravamento dos processos de sofrimento, adoecimento e morte.
- Com relação aos casos de TEC, é importante que se tenha uma atenção à saúde especializada para o cuidado após o resgate de trabalhadoras(es) nas situações de extrema violência, vulnerabilidade e violação de direitos.

Principais resultados relativos às violências

- As principais expressões de violências citadas foram a xenofobia, o racismo, a migração forçada por motivação política, o machismo, a LGBTQIfobia, as situações de exploração sexual e/ou de TEC, os assédios moral e sexual nas relações de trabalho, a violência doméstica e sexual sofrida pelas mulheres e violência intrafamiliar.
- No caso de venezuelanas(os) que chegam ao Brasil por Roraima, há evidências de que sofrem com as condições de vida precárias antes e durante a migração forçada. Há relatos de violências física e moral em seus percursos.
- As crianças também sofrem violências como *bullying*, xenofobia e violência física nos espaços escolares ou em seus entornos.
- A violência armada nos territórios da cidade do Rio de Janeiro e região metropolitana foi motivo de preocupação por parte de um gestor, pois é difícil de ser reconhecida ou entendida por quem não é morador(a) de territórios conflagrados pelas ações do Estado e de grupos armados.
- A violência institucional foi relatada por gestores(as), perpetrada por profissionais que atendem as comunidades migrantes, seja na área de saúde, seja na assistência social, seja nos serviços de atenção à(ao) migrante e refugiada(o).

Considerações finais

A despeito das dificuldades de migrantes e refugiadas(os) na cidade do Rio de Janeiro, encontramos grupos que, por meio das redes de apoio, especialmente nas ONGs e entre os próprios grupos de migrantes, conseguem criar estratégias de sociabilidades, auxílios e indicações de pessoas e/ou serviços que fornecem subsídios para a entrada no mercado de trabalho e resolutividade para casos específicos de suas demandas de saúde.

Consideramos também que as suas resistências perpassam o fato de terem que lidar com as saudades das famílias, da cultura, da língua, das comidas e das músicas. Estes recursos são facilmente encontrados nas feiras culturais⁸ organizadas e desenvolvidas por migrantes de diversas nacionalidades.

Por meio dos resultados, a equipe de pesquisa pretende

contribuir e fornecer subsídios para o cuidado à população migrante/refugiada no SUS, face às dificuldades que esta comunidade enfrenta para o acesso e os devidos acompanhamentos de saúde. Ademais, acredita que a produção oriunda da pesquisa poderá fomentar discussões sobre a necessidade da elaboração de uma linha de cuidado a migrantes, refugiadas(os) e apátridas para que políticas públicas possam ser (re)pensadas de forma a melhor garantir o acesso a direitos destas populações.

Além disso, considera-se que é preciso mais investigações sobre as interrelações entre a migração forçada e a saúde de pessoas em deslocamentos, pois as violências relativas à necessidade de ter que “deixar” um país trazem marcas à vida, à saúde e à subjetividade de migrantes e refugiadas(os).

⁸ Atualmente, na cidade do Rio de Janeiro, o Dia do Refugiado (20 de junho) é comemorado pela comunidade migrante por meio do Rio Refugia, que é um evento multicultural com música, comida e muita festividade para a população local. No ano de 2023, algumas integrantes da equipe de pesquisa participaram do evento. Também é possível encontrar grupos de migrantes na Feira Chega Junto, que, com a pandemia e a impossibilidade de encontro no salão paroquial de uma Igreja no Bairro de Botafogo, deixou de existir. Entretanto, atualmente, a feira voltou a atuar em diferentes espaços da cidade. Para mais informações, acessar: <https://www.instagram.com/feirachegajunto/> Também a feira Junta Local tem contado com feirantes migrantes em suas edições. Mais informações podem ser encontradas em <https://www.instagram.com/ajuntalocal/>

Acesse a cartilha nos idiomas:

- Português
- Inglês
- Espanhol

Registro completo no Arca: Repositório Institucional da Fiocruz
<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/61402>



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP



IFF

INSTITUTO NACIONAL | FERNANDES FIGUEIRA
DESAÚDE, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

CLAVES
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE
VIOLÊNCIA E SAÚDE JORGE CARELI

